

O Senado vale R\$ 55 milhões? - 5 NOV 1995

É caro sustentar um senador em Brasília. Cada um deles custa R\$ 680 mil/mês ao contribuinte brasileiro. São despesas com passagens de avião, veículos, combustível, salários deles e dos funcionários de gabinete (cada um pode contratar até 48 pessoas) — enfim, toda a parafernália de uma pródiga infra-estrutura que privilegia os 81 senadores da República. O Senado inteiro custa mensalmente R\$ 55,080 milhões à população brasileira.

E o que o País pode esperar de S. Exas.? Ao menos que trabalhem, discutam e votem as leis. Para isso foram eleitos. E o que fez o Senado neste segundo semestre? Em quatro meses votou — em primeiro turno apenas — as emendas que acabam com o monopólio do petróleo e das telecomunicações. E só. Em que, então, os senadores ocuparam seu tempo? Nos três dias da semana em que comparecem ao Congresso debatem (ou não) os assuntos da agenda legislativa, mas nada anda. Ouvem explicações de ministros e outros funcionários do governo, barganham cargos, reclamam do salário, negociam, trocam votos por favores, fazem política reles de olho nas eleições municipais e presidencial, etc., etc., etc.

Claro, esse comportamento não é generalizado. Há exceções, e não são raras. Ressalte-se também que desde a Grécia antiga não surgiu na História da huma-



Senadores se preocupam mais com seus salários que com o interesse da Nação

nidade regime político de governo melhor que a democracia e sua representação parlamentar. Não se quer aqui questionar a salutar e necessária existência do Congresso. Muito ao contrário. Depois de 20 anos de regime militar autoritário, os brasileiros querem mais é democratizar o poder e fortalecer os seus representantes parlamentares. Porém, os senadores têm passado dos limites. Ao emperrarem

decisões sobre reformas estruturais, adiam o investimento e a geração de novos empregos e negam condições para o País se libertar do dilema juros/câmbio que hoje sustenta a estabilidade de preços. Os senadores e, sobretudo, o presidente do Senado, José Sarney, têm absoluta clareza sobre isso. Sabem que para o País sair da recessão e retomar o crescimento econômico estável é preciso que o Senado conclua a votação de leis que já passaram pela Câmara no primeiro semestre. Mas agem como avestruz, fingem desconhecer para privilegiar a joguinho político de troca de cargos e favores e, não raro, submetem suas posições políticas ao futuro quadro eleitoral.

Fernando Henrique Cardoso arquitetou seu programa de governo inspirado no desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek. Embaldado pelo ritmo das votações das reformas na Câmara de Deputados, no início de sua gestão, surpreendia-se. "É tão fácil governar", dizia.

Hoje, certamente, refez esse conceito. Aprovadas em ritmo acelerado na Câmara, as reformas emperraram no Senado. Kubitschek pouco precisou do Congresso e de emendas à Constituição para implantar seu programa e criar condições para atrair investimentos industriais e novos empregos. Enfrentou, sim, oposição de um forte sentimento nacionalista na época, avesso ao capital estrangeiro que extrapolava suas fronteiras e buscava abrigo em outros países, entre eles o Brasil. Hoje o nacionalismo está restrito a pequenos grupos políticos, que não conseguem mais convencer a população. Os obstáculos são de outra natureza e parte deles, neste momento, está concentrada no Senado. Ali se ocupa mais o tempo em saber se os parlamentares ampliarão seus salários durante o recesso parlamentar do que em examinar e votar as matérias de interesse da população.

Preocupado com sua futura candidatura à Presidência da República, o senador José Sarney, confunde seu papel de presidente do Senado e do Congresso e o usa para obstruir ações políticas que, supõe, facilitariam e dariam força eleitoral ao adversário e também futuro candidato Fernando Henrique Cardoso. Com quatro anos de antecipação, os interesses do País ficam subjugados a uma disputa eleitoral pelo Palácio do Planalto. Faz parte do jogo político na democracia, desculpam-se frequentemente os políticos. Mas com tanta antecendência e ignorando as consequências para o desenvolvimento do País? No mínimo é uma atitude de desrespeito e desprezo pelo destino de 150 milhões de brasileiros.

No final de junho, FH e sua equipe imaginavam que o capítulo da Ordem Econômica e as demais emendas aprovadas pela Câmara teriam passagem rápida pelo Senado e, já no segundo semestre, o País receberia uma avalanche de investimentos estrangeiros. Otimismo ingênuo, que não se confirmou. O volume de ingresso de capital de risco até agora é insuficiente para, na gerência macroeconômica, o governo abrir mão do recurso dos juros altos para garantir exportações elevadas e saldo comercial. Essa política de puxar o cobertor e deixar os pés descobertos (afasta-se a crise cambial, mas se amplia perigosamente a dívida interna) vai se prolongar enquanto não for criado ambiente favorável ao ingresso de investimento estrangeiro. O País passa, no momento, por uma indesejável recessão e a retomada do crescimento econômico será tão mais rápida quanto mais acelerado for o trabalho do Senado. O ritmo depende da consciência dos senhores senadores.

O recesso parlamentar virá em um mês e meio. Nesse período, a opinião pública quer ser informada mais sobre a conclusão de votações de matérias que impulsionem o progresso do País do que sobre indevidas reclamações salariais, cobrança de jetons por trabalharem no recesso ou suspeitas pressões políticas voltadas para a troca de favores eleitorais ou pessoais com o governo federal. Simplesmente que os senadores sejam responsáveis e provem aos seus eleitores que valem a pena os R\$ 680 mil que os brasileiros investem mensalmente em cada um deles.